

Opção Clara

DIONÍSIO DIAS CARNEIRO *

O presidente Fernando Henrique Cardoso declarou que destinaria os recursos da privatização "de forma obsessiva" para assegurar o controle das finanças públicas. Esta é a melhor notícia para encerrar o debate acerca da prioridade do governo, antes que o calor da campanha eleitoral transforme qualquer apelo à racionalidade dos argumentos em proselitismo de boca-de-urna. A reafirmação de que o controle da inflação não abrirá espaço para o "ano eleitoral" é um compromisso que não deixa margens para especulação acerca das prioridades do candidato à reeleição acerca do uso que pretende fazer do cargo que ocupa. Foi-lhe concedido o privilégio de poder continuar uma obra notável: dar ao país condição para entrar o novo milênio com condições de voltar a exibir taxas elevadas de crescimento econômico. Era de esperar-se que o presidente levantasse o farol para tentar aumentar a visibilidade dos horizontes para investidores e consumidores e não somente para políticos e eleitores.

O momento e a oportunidade para tal declaração de compromisso não poderiam ter sido melhores. A semana foi marcada pela suspeita nos mercados financeiros de que a queda da taxa de câmbio da Tailândia poderia ser apenas o início de um terrível dominó de crises cambiais. A constatação de que vários países da região estariam diante de sérios problemas estruturais em seus balanços de pagamentos chamou a atenção dos analistas para o desafio que representa o potencial notável da concorrência de uma China mais aberta para o mundo, para a estratégia de exportação em que se tem baseado o crescimento dos mesmos nos últimos 15 anos. Em 1993 a China tornou-se o maior recebedor de investimentos diretos do mundo, depois dos Estados Unidos, e chamou a atenção para a nova estratégia chinesa de atrair capitais sem proclamar o capitalismo. A tranquilidade (ainda que temporária) com que ocorreu a devolução de Hong Kong, reforça a idéia de que, afinal, a doutrina esdrúxula de "uma nação, dois regimes" pode ter vida mais longa do que imaginavam os tigres vizinhos do Império do Centro. Para a região, a acomodação da China ressoa como um terremoto: com exceção do Brunei, (sultanato de 280 mil habitantes que extraem US\$ 23 mil de renda per capita por ano do petróleo que Deus lhes deu), Cingapura, Indonésia, Malásia, Filipinas, que formam com a Tailândia a chamada Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), todos tiveram de alguma forma seus regimes cambiais postos sob ataque. Além disso, como a Tailândia é o principal país investidor nos países vizinhos como Laos, Camboja e Mianmar (ex-Birmânia), a fragilidade potencial suspeitada rapidamente supera a calculada. Para as finanças globalizadas, a mesma rapidez contamina as expectativas de realinhamentos cambiais, em sequência, apressam os movimentos de retirada dos investidores ousados que ainda podem sair e agravam a suspeita de fragilidade externa que se espalha por todos os países importadores de capital.

Certamente as instituições multilaterais serão mobilizadas para ajudar a separar o joio do trigo, como têm de fazer quando os mercados perdem o poder de discriminar, e há um prêmio para quem puder sinalizar um futuro promissor. Pela primeira vez em muitos anos, a América Latina pode exibir um futuro bem melhor do que seu passado de moratórias heróicas e recessões cheias de orgulho nacional.

Melhorar a perspectiva de que os (reconhecidamente) pobres resultados até agora obtidos no fronte fiscal possam ser revertidos, é assim, prestar um serviço inestimável para o futuro da economia brasileira.

É um erro imaginar-se que a retomada do desenvolvimento econômico seja incompatível com a prioridade à estabilização. Nada como um evento externo desfavorável para acentuar a unidade exibida pela equipe econômica no que há de fundamental, conforme sublinha a manifestação do presidente do BNDES, Luis Carlos Mendonça de Barros. Precisa agora ficar claro para a aliança governista, o equívoco político que é associar-se a busca do equilíbrio orçamentário intertemporal com um ato que signifique dar as costas ao desenvolvimento econômico e social. A institucionalização da estabilidade macroeconômica permitida pela opção presidencial é um requisito fundamental do desenvolvimento auto-sustentado no mundo moderno e a principal tarefa desta institucionalização é reformar-se o Estado de modo a que suas funções essenciais de proteção ao cidadão e de incentivo e regulamentação das atividades produtivas possam ser exercidas sem a necessidade permanente de inflação.